



CARTA IBGE

IBGE

Ano V • Nº 59

setembro • 1999

INPC e IPCA têm novas estruturas de ponderação

Desde agosto, as novas estruturas de pesos, definidas com base na recente Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 1996), já estão aplicadas aos indicadores de inflação do IBGE. Essa é a segunda atualização de estruturas desde a implantação dos índices em 1979. A primeira foi realizada em 1989 e utilizou as ponderações obtidas na POF de 1988.

A concepção geral do sistema, no entanto, não muda, mantendo-se os mesmos procedimentos e regras de coleta, crítica, método geral de cálculo e as duas referências básicas que definem a cobertura dos índices: a população alvo (famílias residentes nas áreas urbanas, com rendimento familiar de 1 a 8 salários mínimos no caso do INPC e de um a 40 salários mínimos no caso do IPCA) e a abrangência geográfica (11 localidades, que incluem as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de Brasília e do município de Goiânia).

A POF 1996, que serviu de base para a recente atualização, foi realizada no período de setembro de 1995 a outubro de 1996 nessas onze localidades, que correspondem a 28,85% da população brasileira e a 37,69% da população urbana. Em cada um dos domicílios pesquisados, o IBGE esteve presente durante nove dias, colhendo informações sobre as condições de moradia, a composição familiar e as pessoas em particular, o que permitiu a análise sob vários aspectos, daquele que é o tema central da pesquisa: o orçamento familiar, com seus gastos e recebimentos. As novas estruturas básicas de ponderação refletem as mudanças de consumo e de hábitos ocorridas na família brasileira.

Celulares, computadores e serviços bancários passam a integrar os índices

Entre essas mudanças estão novos produtos e serviços revelados na POF 1996 e que passam a integrar o cálculo dos índices: *alimentos prontos, computadores, telefones*

celulares, planos de saúde, serviços bancários e funerários, jogos lotéricos, despachante, cartório, forno de microondas e vídeo games.

Entre os produtos que se mantiveram, foram identificadas grandes variações comparando-se as estruturas da POF 1988, utilizada para cálculo dos índices até julho de 1999 e da POF 1996, agora em uso para os cálculos do INPC e IPCA. A despesa com alimentação, por exemplo, diminuiu, passando de 23,39% em julho para 22,30% em agosto. A maioria dos alimentos perdeu participação na despesa total das famílias, com exceção dos refrigerantes, cujo percentual de despesa passou de 0,49% para 0,78%.

Aluguel é o item de maior peso

Entre os produtos não alimentícios, houve mudanças significativas em determinadas despesas, como aluguel residencial, que perdeu peso no IPCA, passando de 10,5% para 5,92%, mas que ainda se constitui no item de maior participação individual. Crescem outras despesas relativas à habitação, como condomínio (de 1,06% para 1,97%), e cai o peso dos artigos de vestuário, de 8,37% para 5,68%.

Nessa mudança de estrutura, a classificação dos bens e serviços foi aprimorada de forma a melhor refletir os gastos da família atual, e a Educação, por exemplo, que tinha seus resultados dentro do grupo Despesas Pessoais, passou a constituir-se num grupo separado, com peso de 4,84%.

Documento metodológico detalhado sobre a nova estrutura de ponderações já está disponível na Internet, no site do IBGE, através do título IPCA.

■ **INDÚSTRIA**

Indústria regional cai em sete das 11 áreas

Os índices regionalizados mostram que, em julho, o comportamento do setor foi marcadamente negativo, sobretudo para períodos mais amplos de comparação.

No comparativo julho 99/ julho 98, é a indústria do Paraná que apresenta o maior recuo, da ordem de -10,8%, pressionada principalmente pelas quedas de 13,4% na indústria alimentar e de -27,1% na de material elétrico e de comunicações. A segunda maior queda foi verificada em São Paulo (-9,4%), o pior resultado para o Estado neste tipo de comparação desde março deste ano, vindo a seguir: Ceará (-6,1%), Pernambuco (-5,7%), Santa Catarina (-4,1%), região Sul (-3,5%) e região Nordeste (-2,7%).

Entre os quatro locais com crescimento neste indicador, destaque para os 3,5% assinalados por Minas Gerais, fruto do comportamento favorável das indústrias de alimentos e automobilística. Nas demais áreas, os resultados foram os seguintes: Rio de Janeiro (1,0%), Rio Grande do Sul (0,6%) e Bahia (0,2%). O indicador acumulado para o período janeiro-julho mostra, no corte regional, que São Paulo (-8,5%) e Minas Gerais (-3,1%) são as áreas que prosseguem com taxas de quedas mais acentuadas. Não por acaso, são estruturas industriais onde segmentos produtores de bens de consumo duráveis e/ou de bens de capital, têm presença marcante. O Rio Grande do Sul, com redução de 0,8%, é o terceiro local com queda neste tipo de comparação, desempenho fortemente associado à má performance da indústria mecânica (-15,5%) que, no Estado, é tipicamente produtora de máquinas e equipamentos para a agricultura.

Entre os locais com acréscimo de produção, a indústria do Rio de Janeiro, com expansão de 6,2%, se mantém na liderança, graças aos 21,3% de incremento alcançados pela extrativa mineral. Na Bahia, o setor fabril atinge 1,7% de expansão, movimento apoiado basicamente nos 5,3% de acréscimo registrados pela química. Nas demais áreas, o desempenho industrial, embora não sendo negativo, alcança resultados mais modestos: Santa Catarina (0,6%), região Sul (0,5%), Ceará (0,4%) e Pernambuco (0,4%). No Nordeste e no Paraná não houve crescimento no período.

Carta IBGE na Internet

Desde agosto, as Cartas IBGE já podem ser obtidas diretamente da Internet. Ao clicar em Imprensa e, em seguida, em Carta, aparecem na tela as edições já disponíveis. Basta escolher a edição desejada e clicar com o lado direito do mouse, sobre a opção "salvar destino como...". A partir daí, o procedimento é o mesmo para todos os salvamentos de arquivo. O leitor terá, assim, a Carta IBGE no mesmo formato do papel, podendo imprimi-la se desejar. A leitura desse formato, chamado PDF ou *Portable Document Format*, requer a instalação do programa Adobe Acrobat Reader, muito comum hoje para a troca de documentos sem perda de formatação. Um link para se chegar ao software pode ser encontrado na própria página da Carta.

Produção industrial cai em todas as comparações

Em relação ao mês anterior, houve redução de 0,6% em julho; na comparação com o mesmo mês do ano passado, a taxa ficou em -5,3%; no acumulado de janeiro a julho, relativamente a igual período do ano anterior, o resultado foi de -3,5%, enquanto o índice dos últimos doze meses apontou -3,9%.

A queda da produção global entre junho e julho reflete o comportamento negativo observado em treze dos vinte ramos pesquisados. As reduções assinaladas em setores de grande participação na estrutura industrial, como química (-2,8%), produtos alimentares (-3,7%) e mecânica (-3,8%), foram determinantes. Entre os ramos que exibiram crescimento, vale destacar os 5,3% de expansão para material elétrico e de comunicações e os 17,4% em fumo. No corte por categorias de uso, observa-se que apenas bens de consumo duráveis assinalou crescimento (5,0%). Nas demais áreas, as quedas ficaram em: bens de capital (-4,0%), bens intermediários (-0,5%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-0,7%).

Queda de 5,3% com relação ao mesmo mês do ano anterior é a maior do ano

Embora a indústria extrativa mineral prossiga alcançando taxas expressivas de crescimento (de 7,4% no comparativo julho 99/julho 98), a indústria de transformação completa o décimo quarto mês consecutivo de queda neste tipo de indicador. Em julho, o setor recua 6,5% e tem como principais influências os comportamentos de mecânica (-16,6%), material elétrico e de comunicações (-15,3%), material de transporte (-12,1%) e metalúrgica (-6,1%).

Ainda no confronto julho 99/ julho 98, na ótica das categorias de uso, verifica-se que as áreas de bens de capital (-18,6%) e duráveis de consumo (-12,0%) prosseguem com as retrações mais agudas. O setor de bens de capital, que nos confrontos com igual mês do ano anterior vem apresentando quedas sucessivas desde agosto do ano passado, mostra reduções generalizadas que afetam os bens de capital para indústria (-12,7%), para agricultura (-30,1%), para construção (-55,2%) e para o setor de transporte (-18,8%).

No caso dos bens duráveis é importante destacar que o resultado de julho, mesmo que ainda bastante negativo, fica bem acima do observado para a média do primeiro semestre (-12,0% e -18,3%, respectivamente). O segmento de bens intermediários, com taxa de -2,4%, é o único a superar a média da indústria neste tipo de indicador. A produção de bens de consumo semi e não duráveis, com queda de 5,6%, embora pressionada principalmente pelo grupo dos semiduráveis (-7,3%), apresentou este mês um quadro de redução generalizada.

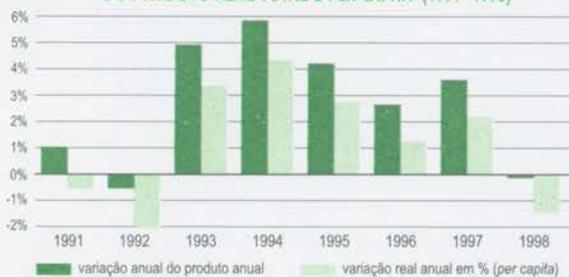
PIB de 98 atinge R\$ 899,8 bilhões e renda *per capita*, R\$ 5.561,62

O valor do Produto Interno Bruto estimado para o ano de 1998 foi de R\$ 899,8 bilhões (R\$ 864,1 bilhões, em 1997) e o do PIB *per capita*, de R\$ 5.561,62 (R\$ 5.413,01, em 1997), apresentando variação real de -0,12% no PIB e uma queda de 1,45% no produto *per capita*. A queda de 1,34% do setor industrial foi neutralizada pelo crescimento dos serviços (0,78%), uma vez que a agropecuária permaneceu estável, com -0,02% de variação.

Das 32 atividades industriais, apenas dez apresentaram crescimento real do valor adicionado (VA), sendo que as indústrias do café e de extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis apresentaram crescimento de 43,64% e 14,29%, respectivamente. No caso da indústria de café, o crescimento do VA decorre do beneficiamento de uma safra. Já a atividade de petróleo reflete a política de aumento da produção interna, que reduziu a dependência externa de 35%, em 1997, para 31%, em 1998, apesar da queda de 28% do preço internacional do produto.

Destacam-se quedas acentuadas nos valores agregados das atividades de fabricação de aparelhos e equipamentos eletrônicos (-22,72%) e de automóveis, caminhões e ônibus (-21,31%).

VARIÇÃO PERCENTUAL ANUAL DO PRODUTO REAL TOTAL E PER CAPITA (1991-1998)



O ano de 1998 mostra, para o total da economia, que a produtividade do trabalho permaneceu estável com relação ao ano anterior, uma vez que a variação observada no período foi de 0,24%. Analisando os grandes ramos de atividade, tanto a agropecuária quanto os serviços mantiveram-se estáveis, apresentando uma variação de -0,59% e 0,19%, respectivamente, enquanto a indústria como um todo obteve um crescimento de 2,21% na produtividade.

Dentre as 32 atividades industriais, os ganhos de produtividade resultaram, em grande parte, da queda na ocupação, que chegou a 3,5%. No entanto, em alguns setores de ponta, como os de equipamentos eletrônicos e materiais de transporte, a variação drástica no valor agregado

implicou queda no indicador de produtividade, apesar da redução de pessoal ter sido significativa, resultante, em certa medida, da diminuição dos níveis de atividade econômica e de demanda por bens de consumo duráveis.



No ano de 1998, a carga tributária apresentou um ligeiro aumento, chegando a 28,90% do PIB. Os tributos que apresentaram as maiores taxas de crescimento da arrecadação, em relação ao ano anterior, foram: imposto sobre a renda, que cresceu 23,28%; imposto sobre importações, que aumentou 28,57% e a contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF), que teve uma elevação real de 18,09%.

Entre os tributos que sofreram quedas na arrecadação destacaram-se: os impostos incidentes sobre a folha de pagamento (contribuição ao salário-educação, contribuição para o Sesc, Sesi, Senac etc), que tiveram uma redução de 5,04%; a contribuição para o fundo de investimento social (COFINS), que teve um decréscimo de 2,47% e o imposto sobre produtos industrializados (IPI), que diminuiu 2,36%.

Ao analisar a carga tributária pelos três níveis de governo e previdência social, verifica-se que o crescimento da arrecadação dos tributos federais não é acompanhado pelos demais. A previdência social teve, pelo segundo ano consecutivo, a participação de sua receita tributária no PIB reduzida, reflexo, em grande parte, da retenção de seus recursos pelo Fundo de Estabilização Fiscal. Retenção essa que foi mais que compensada, em 1998, pelas transferências do governo federal. Por outro lado, verifica-se um aumento relativo das despesas de transferências do governo federal para os demais níveis governamentais, não compensado pelo aumento de sua arrecadação, o que reduziu sua receita disponível em relação ao ano de 1997.

O programa brasileiro de Contas Nacionais, assim como o de vários países, obedece a um cronograma de trabalho definido pela disponibilidade dos dados básicos. São elaboradas três versões para as contas de um determinado ano: preliminar, semidefinitiva e definitiva. Esta divulgação refere-se ao Sistema de Contas Nacionais com os resultados preliminares para o ano de 1998, semidefinitivos para o ano de 1997 e definitivos para o ano de 1996.

■ CONSTRUÇÃO CIVIL

Construção civil sobe 0,35%

Em agosto, o custo nacional da construção civil aumentou 0,35% (0,06 pontos percentuais acima do mês de julho), ficando em R\$ 294,52 por metro quadrado e acumulando uma alta de 4,13% no ano.

Foram registradas variações positivas em todas as regiões, sendo que a região Sul apresentou a maior alta (1,45%), em virtude do aumento ocorrido no Rio Grande do Sul (2,86%), provocado pelo dissídio salarial. Já a variação mais baixa ocorreu no Sudeste (0,09%). Os demais resultados foram: Norte, com 0,34%; Nordeste, 0,19% e Centro-Oeste com 0,16%. No ano, a região Sudeste acumula 5,31% de alta, seguida de perto pela região Centro-Oeste (4,92%), enquanto no Norte, o custo subiu apenas 1,30% no mesmo período.

Por unidade da federação, houve deflação em dez estados, com as taxas variando entre -0,45% (Pará) e -0,08% (Goiás). Entre os demais estados, destacam-se Amazonas (1,13%), Tocantins (1,66%), Rio Grande do Sul (2,86%) e Mato Grosso (0,70%), onde os custos foram impulsionados pelos reajustes salariais. De janeiro a agosto, os estados que acumularam as maiores altas foram Goiás (6,08%), Paraná (5,97%), São Paulo (5,48%) e Minas Gerais (5,21%). Desta forma, os custos estaduais ficaram entre R\$ 229,37 (Sergipe) e R\$ 341,94 (São Paulo).

Os resultados são produzidos mensalmente pelo IBGE a partir do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – através de convênio com a CAIXA.

**IBGE lança
Glossário Geológico**

Com mais de 1.700 verbetes, a nova publicação vem suprir a tradicional carência de obras

para consulta em português, tratando do tema geologia. Em linguagem objetiva, o Glossário trata também de áreas que se relacionam com as demais ciências da terra, como vegetação, clima, solo, relevo e meio ambiente.

Além de estar em português, o Glossário Geológico reúne os conceitos mais recentes, que incorporam verbetes de áreas de desenvolvimento novas como sensoriamento remoto ou movimentação de continentes na superfície terrestre, a chamada Teoria Tectônica de Placas, com seus termos e definições.

■ CONJUNTURA AGRÍCOLA

**Safra de 1999 deve atingir
83,066 milhões de toneladas**

Segundo as estimativas do mês de julho, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá ser, esse ano, 10,49% maior que a obtida em 1998, que foi de 75,178 milhões de toneladas.

Em termos absolutos, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas está assim distribuída pelas grandes regiões: Sul, 37,774 milhões de toneladas; Centro-Oeste, 24,234 milhões de toneladas; Sudeste, 12,606 milhões de toneladas; Nordeste, 6,157 milhões de toneladas e Norte, 2,296 milhões de toneladas.

Safra já está praticamente colhida

A produção nacional de grãos obtida no país na safra 98/99, que constitui-se no maior volume já produzido em toda a história de nossos levantamentos agrícolas, acha-se praticamente colhida, podendo ocorrer somente pequenos ajustes, oriundos dos produtos de inverno (trigo, cevada, centeio e aveia), e das segunda e terceira safras de milho e feijão.

Com respeito à região Nordeste, a situação da safra acha-se praticamente definida, restando algumas lavouras para serem colhidas, correspondentes à segunda safra e aos plantios irrigados existentes em alguns estados. A região Nordeste, mesmo recuperando parcialmente a produção frustrada da safra 97/98, não alcançou os patamares produtivos normais. Para esta safra, a região deverá obter uma produção da ordem de 6,157 milhões de toneladas, contra 3,766 milhões de toneladas da safra anterior.

Frio no sul poderá afetar a cultura do trigo

Quanto às perspectivas para a cultura do trigo, neste levantamento, não há grandes modificações, principalmente no Paraná, maior produtor nacional. O Rio Grande do Sul apresenta uma expansão em torno de 20%, mediante avanços no índice de produtividade e, em Santa Catarina, as previsões para o trigo não se alteraram em relação ao último levantamento.

Pode-se adiantar, no entanto, que a situação do trigo, em agosto, deverá se apresentar diferente face às primeiras informações de campo, que já indicam sérias perdas nas lavouras da região Sul, ocasionadas pelos últimos problemas de ordem climática, sobressaindo o frio intenso e as geadas em regiões importantes do Paraná, onde as lavouras se encontram em fases reprodutivas muito sensíveis às intempéries.

Faturamento do comércio cresce no Rio, Recife e Salvador

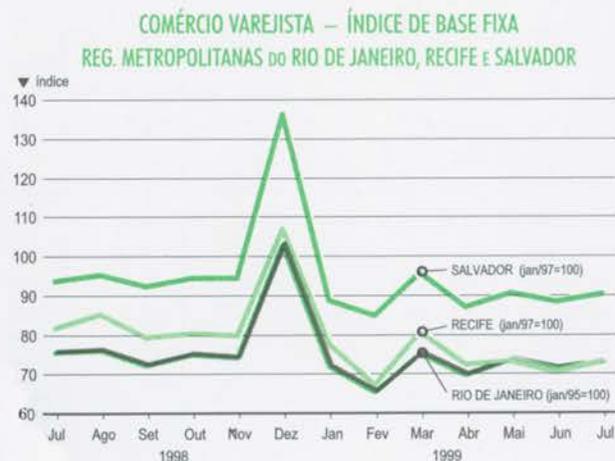
As três regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE tiveram, em julho, crescimento no faturamento real: no Rio de Janeiro, a alta foi de 2,2%; em Recife de 3,8% e em Salvador de 2,1%.

No Rio, apesar do acréscimo real do faturamento com relação ao mês anterior, persiste o quadro negativo na comparação com iguais períodos do ano passado, com o setor faturando -3,5% e -4,5% em relação a julho e aos primeiros sete meses de 1998. O indicador anualizado, no entanto, continua registrando desaceleração no ritmo de queda, tendência registrada também pela evolução do indicador mensal.

Em Recife, o resultado positivo foi influenciado pela boa performance dos setores *automotivo*, *de super e hipermercados* e do ramo de *material de construção*. Esses três segmentos, em conjunto, foram responsáveis por 5,6 pontos positivos na composição da taxa global do varejo. Na direção contrária, o destaque foi o ramo de *vestuário, calçados e tecidos* que, isoladamente, respondeu por 3,1 pontos negativos na composição da taxa global de faturamento do comércio varejista.

Apesar do desempenho positivo com relação ao mês anterior, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a pesquisa revela um declínio de 10,4% no valor das vendas. Mesmo negativo, esse resultado é o melhor dos últimos quatro meses. Em junho, a queda havia sido de 11,3%.

Em Salvador, o aumento do faturamento foi proporcionado pela maior demanda sazonal, observada em julho, em decorrência do maior número de dias trabalhados. Alguns dos principais setores pesquisados que, juntos, respondem por mais de 70% do varejo, tiveram suas vendas incrementadas. O comportamento do comércio varejista das três regiões metropolitanas está ilustrado no gráfico abaixo:



IPCA cai para 0,56%

Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo caiu 0,53 ponto percentual em relação a julho (1,09%). Com esse resultado, a taxa anualizada registrou 5,69% e o índice acumulado passou para 5,68%, bem acima do resultado de igual período do ano passado (1,65%).

O IPCA de agosto foi o primeiro a ser calculado com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada em 1995/1996. Nesse mês, o maior índice regional foi verificado no Rio de Janeiro (1,03%), como consequência do reajuste nas passagens dos ônibus urbanos ocorrido em julho. A menor taxa foi verificada em Goiânia (-0,66%). Na média das regiões, os preços dos alimentos subiram 0,13%, depois de terem caído 0,24% em julho. Já os produtos não alimentícios tiveram alta de 0,68%, mas ficaram abaixo da taxa de 1,50% de julho.

Com 0,13% de variação, os alimentos mostraram recuperação em seus preços, após quatro meses de queda. As pressões de alta foram exercidas, principalmente, pelas carnes (0,77% em julho para 1,46% em agosto) e pelo frango (de -1,47% para 2,54%), além do açúcar refinado (de -1,21% para 7,12%). Com respeito aos produtos não alimentícios, os preços dos artigos de vestuário tiveram queda de 0,12% e os cigarros de -2,24%, enquanto os produtos farmacêuticos continuaram em alta, passando de 1,68% em julho para 1,81% em agosto.

Quanto ao INPC, a variação foi de 0,55% em agosto

Com esse resultado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor ficou 0,19 ponto percentual abaixo de julho (0,74%). Pelo INPC, que mede o consumo de famílias com rendimento de um a oito salários, a inflação anualizada ficou em 5,25% e o acumulado do ano passou para 5,21% (contra 2,45% em igual período do ano passado). Também pelo INPC, o maior índice regional foi verificado no Rio (1,08%) e os menores ficaram em Belém e Goiânia, ambas com 0,09%. Na média das regiões, os preços dos alimentos subiram 0,06% enquanto os produtos não alimentícios tiveram alta de 0,76%. Tanto o INPC como o IPCA de agosto refletiram parte dos reajustes ocorridos nos preços das tarifas públicas e dos combustíveis, embora o maior impacto tenha acontecido em julho.

Atalho para o IPCA



Para se chegar mais rapidamente ao índice, foi criado, no site do IBGE, um atalho que simplifica o acesso ao INPC e IPCA. Basta clicar no título ou banner IPCA, que se encontra no pé da página inicial do site, para ir direto às informações relativas aos índices, tais como: resultados do mês, séries históricas, metodologias de cálculo e coleta ou às notas técnicas sobre a recente atualização das estruturas de ponderação.

Emprego na indústria pára de cair em julho

O acréscimo de 0,1% do emprego no setor industrial, na passagem de junho para julho, interrompe o movimento de quedas consecutivas presente desde junho de 1997. Os resultados dos demais indicadores, no entanto, permanecem bastante negativos: -7,6% em relação a julho de 1998, -8,8% no acumulado do ano e -9,1% nos últimos doze meses.

Entre junho e julho, doze dos vinte e dois ramos industriais pesquisados ampliam o quadro de pessoal, cabendo destacar a *química* (3,3%) e *perfumaria, sabões e velas* (1,7%). Entre os setores que reduzem mão-de-obra, *fumo* (-23,9%) figura com a maior queda. No corte regional, a indústria de São Paulo foi a que mais admitiu trabalhadores (0,6%), seguida pela região Nordeste (0,5%). O emprego também cresceu, de um mês para o outro, em Minas Gerais (0,1%) e ficou estável no Rio de Janeiro. A região Sul foi o único local onde o número de demissões superou o de admissões (-0,9).

No confronto julho 99/julho 98, a redução no emprego atinge vinte e um segmentos industriais, sendo mais intensas as quedas em *metalúrgica* (-13,3%), *material de transporte* (-12,1%) e *mecânica* (-12,1%). O setor de *fumo* (3,0%) foi o único a ampliar o quadro de pessoal. O fechamento nos postos de trabalho atinge todas as áreas investigadas, sendo o corte mais expressivo observado na indústria de Minas Gerais (-11,3%). Com quedas superiores aos -7,6% assinalados para o total da indústria figuram, ainda, Nordeste (-8,7%), Rio de Janeiro (-8,4%) e São Paulo (-7,8%). Com recuo de 4,4%, o emprego na região Sul apresenta um quadro menos desfavorável.

Total de salários cai 0,3% no confronto com o mês anterior

Essa é a segunda queda real consecutiva nesse tipo de comparação. Nos demais indicadores permanece o quadro de variações negativas intensas: -10,5% contra julho de 1998, -11,1% no acumulado do ano e -10,0% nos últimos doze meses.

O salário por trabalhador também mostra declínio real tanto em relação ao mês anterior (-0,4%) como nos demais confrontos: -3,2% frente a julho do ano passado, -2,5% no acumulado do ano e -1,0% nos últimos doze meses.

No indicador acumulado do ano o total de salários declinou, em termos reais, também em todos os locais pesquisados. As indústrias de Minas Gerais (-13,5%) e de São Paulo (-12,8%) exibem as reduções mais acentuadas, ficando as demais áreas com quedas inferiores aos -11,1% assinalados pelo total do país: Rio de Janeiro (-9,0%), Nordeste (-7,2%) e região Sul (-7,1%).

Desemprego fica em 7,7%

A taxa média de desemprego aberto, em agosto, não se alterou significativamente em relação a julho (7,5%) e a agosto do ano passado (7,8%).

Quanto à ocupação, as estimativas da Pesquisa Mensal de Emprego indicam estabilidade com relação ao mês anterior e queda de 0,7% de agosto do ano passado para agosto deste ano. Desagregando estes resultados, na primeira comparação, notam-se pequenas variações entre os setores de atividade. Entre as categorias de ocupação, observa-se queda no número de empregados sem carteira de trabalho assinada e de empregadores, em torno de 1%.

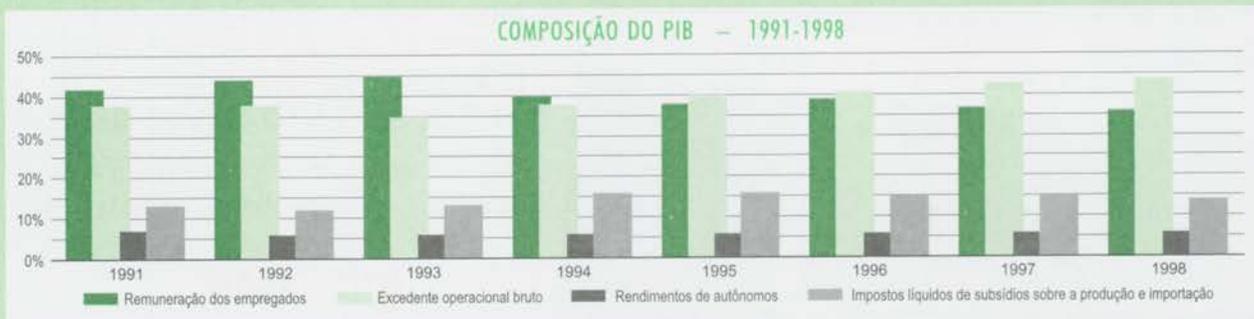
Na comparação agosto99/agosto98, o nível de ocupação continua crescendo no setor de serviços (0,6%), porém num nível inferior ao observado no mês anterior (1,4%). Em contrapartida, continua caindo na construção civil (-6,6%), na indústria de transformação (-2,2%) e no comércio (-2%). Em julho, as variações nestes setores foram de -4,8%, -1,4% e -1,3%, respectivamente.

Entre as categorias de ocupação, continua caindo o número de empregados com carteira de trabalho assinada (-2,7%), enquanto permanece a tendência de crescimento do contingente de empregadores (6,5%) e de conta própria (1,1%). O número de empregados sem carteira de trabalho assinada não apresentou uma variação relevante.

O desemprego manteve-se estável e o rendimento caiu

No que diz respeito à desocupação, o número de pessoas procurando trabalho variou ligeiramente de julho para agosto (2,1%) e de agosto do ano passado para agosto deste ano (-2,6%). Em consequência, a taxa de desemprego aberto situou-se em 7,7% em agosto deste ano, contra 7,5% do mês anterior e 7,8% do mesmo mês do ano anterior.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas, referente ao mês de julho deste ano, caiu 2% em relação a junho e 4,6% em relação a julho do ano passado. Na primeira comparação, a variação foi devido à queda no rendimento das principais categorias de ocupação, em torno de 2%. Na segunda, a queda foi puxada pela variação do rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada e das pessoas que trabalharam por conta própria, em torno de 5%, confirmando a tendência de queda do rendimento das duas categorias. O rendimento dos empregados sem carteira de trabalho assinada também caiu (-1,5%).



INDICADORES CONJUNTURAIS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1999-II	123,21 (1)	0,93 (1)	-0,76 (2)
Agropecuária	1999-II	128,79 (1)	-0,79 (1)	1,57 (2)
Indústria	1999-II	118,51 (1)	2,04 (1)	-3,24 (2)
Serviços	1999-II	121,65 (1)	0,50 (1)	0,04 (2)
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (*)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Ago/99	82,613	—	9,89 (4)
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (*)				
Total	Jul/99	121,39	-0,61 (1)	-5,34
Bens de Capital	Jul/99	98,88	-3,98 (1)	-18,55
Bens Intermediários	Jul/99	123,99	-0,51 (1)	-2,39
Bens de Consumo Duráveis	Jul/99	121,72	4,95 (1)	-11,97
Bens de Consumo Não-duráveis	Jul/99	118,40	-0,67 (1)	-5,63
■ COMÉRCIO VAREJISTA - Rio de Janeiro (jan/95=100) (*)				
Faturamento (5)	Jul/99	73,26	2,23	-3,48
Emprego Assalariado	Jul/99	78,90	-0,10	-3,81
Salários e Outras Remunerações (5)	Jul/99	103,26	-1,52	2,12
■ COMÉRCIO VAREJISTA - Recife (jan/97=100) (*)				
Faturamento (6)	Jul/99	73,51	3,83	-10,44
Emprego Assalariado	Jul/99	75,39	-1,36	-9,55
Salários e Outras Remunerações (6)	Jul/99	82,37	-2,34	-7,21
■ COMÉRCIO VAREJISTA - Salvador (jan/97=100) (*)				
Faturamento (7)	Jul/99	90,80	2,12	-3,37
Emprego Assalariado	Jul/99	83,37	-1,60	-7,50
Salários e Outras Remunerações (7)	Jul/99	87,83	-1,76	-4,96
■ MERCADO DE TRABALHO (*)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Ago/99	7,70	-1,90	-1,50
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Jul/99	119,10	-2,00	-4,60
Empregados com Carteira Assinada	Jul/99	112,80	-2,00	-4,90
Empregados sem Carteira Assinada	Jul/99	136,09	-1,90	-1,50
Conta-própria	Jul/99	123,20	-2,30	-5,10
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Jul/99	56,94	-0,07	-7,63
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Jul/99	119,76	-0,37	-3,16
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor - INPC (dez/93=100) (*)	Ago/99	1.541,34	0,55 (12)	5,25 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (dez/93=100) (*)	Ago/99	1.541,05	0,56 (12)	5,69 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E	Abr-Jun/99	—	1,27 (14)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (*)	Ago/99	294,52	0,35 (12)	4,13 (15)

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação no mês. (13) Variação anualizada. (14) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (15) Variação acumulada no ano.

(*) ÍNDICE MENSAL. (***) ÍNDICE TRIMESTRAL.

Nas regiões Nordeste e Sudeste

- 23,6% dos habitantes possuem plano de saúde além da previdência social;
- 9,8% são obesos;
- e o automóvel é mais comum que o telefone nos domicílios.

Esses e outros dados estão sendo revelados pela primeira vez, através da **PESQUISA SOBRE PADRÕES DE VIDA 1996-1997**.

Indicadores sociais das regiões Nordeste e Sudeste referentes a:

- **EDUCAÇÃO**
- **SAÚDE**
- **MORADIA**
- **TRABALHO**
- **MIGRAÇÃO**
- **EMPREENHIMENTOS**
- **Uso do Tempo**
- **E OUTROS TEMAS**

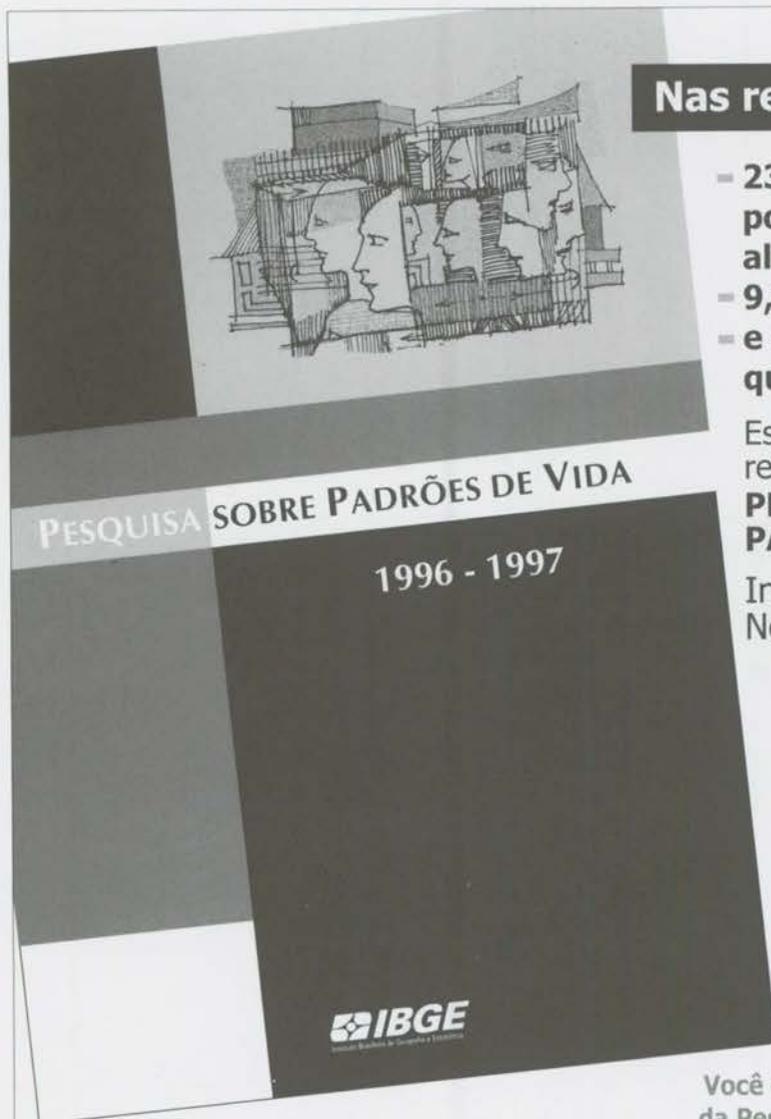
Você encontra informações mais aprofundadas da Pesquisa sobre Padrões de Vida, sob a forma de microdados, em CD-ROM.

Informe-se no IBGE mais próximo de você.

0800-218181

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ibge.org>



IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Div. de Comercialização • R. Gal. Canabarro 706 • 2º and. • 20271-201 • Maracanã • RJ
Tel.: (021) 569-2043 • Ramais 118, 119 e 137 • Fax/Tel.: (021) 569-4690
Ligação Direta Gratuita: 0800-218181

CARTA IBGE

Publicação Mensal IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Produção CGC
Coordenação Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º andar
Castelo • 20021-120 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 514-4651 • Fax: (021) 220-6521
Internet <http://www.ibge.gov.br>
E-mail cartaibge@ibge.gov.br

Impressão e Circulação CDDI
Centro de Documentação e Disseminação
de Informações

Coordenador e Editor Responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTb-RJ)

Editora-Chefe Maria Léa Aguiar

Assistentes Fátima Santos e Sheila Riera

Projeto Gráfico e Editoração Paulo Weissenberg

Publicidade Lúcia Guimarães

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Tiragem 8.000 exemplares

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 24/09/99

Entregue aos Correios até o dia 30/12/99